

Dossiê - Políticas Educativas e Perspectivas Formativas Pós-Covid-19

Luiz Roberto Gomes¹
Sueli Soares dos Santos Batista²
Artieres Estevão Romeiro³

APRESENTAÇÃO

O Dossiê “**Políticas Educativas e Perspectivas Formativas Pós-Covid-19**” reúne um conjunto de textos de pesquisadores nacionais e estrangeiros, vinculados a distintas instituições e grupos de pesquisa, dispostos em doze manuscritos (artigos e ensaios), uma entrevista com o sociólogo francês Christian Laval e uma resenha do livro “Sociedade Ingovernável” do autor francês, Grégoire Chamayou. As análises discutem diferentes aspectos

¹ Pós-doutor em ciências da educação pela J. W. Goethe Universität em Frankfurt am Main (Alemanha); é doutor em Educação pela UNICAMP; mestre em Educação pela PUC-SP e licenciado em Filosofia pela PUC-Campinas. Autor de livros, capítulos de livros e artigos publicados no Brasil e no Exterior. É professor Associado do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR, professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/UFSCar (mestrado e doutorado). É líder do Grupo de pesquisa "Teoria Crítica e formação ético-política" (UFSCar/CNPq) e membro pesquisador doutor do grupo de pesquisa "Teoria Crítica e Educação" CNPq. Os projetos de pesquisas em andamento versam sobre as seguintes temáticas: "Teoria Crítica, Política e Formação", " Hermenêutica Objetiva e Educação" e "Ensino não presencial emergencial na era da computação ubíqua: análise comparativa dos processos formativos de alunos universitários brasileiros e alemães em tempos de COVID-19". ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-8867-7897> E-mail: luizrgomes@ufscar.br

² Realizou pós-doutorado no Departamento de História e Filosofia da Educação da Faculdade de Educação da Unicamp (2012). Possui mestrado (1997) e doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (2002). É graduada em História pela USP (1992) e Filosofia pela Unicamp (2007). É professora e pesquisadora do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). Está associada e participa do Grupo Teoria Crítica e Formação Ético-Política (UFSCar/CNPq), do Laboratório de Políticas Públicas e Planejamento Educacional (Laplane-Unicamp/CNPq), do Coletivo de Pesquisadores em Políticas Educacionais (COPPE-UNESP) e do Grupo de Fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica (CEETEPS). ORCID id: <https://orcid.org/0000-0001-8126-9615> E-mail: suelissbatista@uol.com.br

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar - Brasil), mestre em Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP - Brasil), especialista em Gestão e Liderança Universitária pela Organização Interamericana de Educação Superior (OUI - Canadá). Graduado em Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano, Brasil. Atualmente é professor pesquisador do Departamento de Ciências da Educação e Diretor Geral de Projeção e Desenvolvimento Institucional da Universidade Técnica Particular de Loja (UTPL – Equador). É professor do programa de pós-graduação do Departamento de Educação da UTPL, coordenador do Areté - Grupo Multidisciplinar de Pesquisa em Educação (UTPL) e membro do grupo de pesquisa Teoria Crítica e formação ético-política (UFSCar/CNPQ). ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-6219-2867> E-mail: aeromeiro@utpl.edu.ec

dos desafios enfrentados pelos atores educacionais e pelas políticas educativas, no contexto do Pós-Covid-19.

As políticas educacionais e a administração da educação são elementos essenciais para o desenvolvimento dos sistemas educativos e um fator chave para a consolidação de sociedades democráticas. A pandemia causada pela Covid-19 (Sars-CoV-2) evidenciou uma crise multidimensional sem precedentes, com impactos profundos na política, na economia, na pedagogia e na organização dos processos educativos no Brasil e no mundo.

As medidas sanitárias de distanciamento social impactaram as instituições de ensino, que, de forma acelerada, foram obrigadas a implementar novas políticas de educação remota emergencial, sob a imposição dos recursos síncronos e assíncronos das plataformas digitais de ensino e aprendizagem; o que exigiu a diversificação de estratégias metodológicas, seleção e priorização de elementos curriculares, implementação de novos modelos pedagógicos, mudanças nas formas de avaliação, e uso massificado de tecnologias da informação e comunicação, entre outros.

A pandemia acelerou as transformações do setor educativo, abrindo espaço para inúmeras possibilidades criativas e, ao mesmo tempo, para uma improvisação pedagógica sem precedentes na história da educação. Nesse contexto, a agenda de formação com base nas competências, a digitalização e automatização do trabalho e o empreendedorismo como finalidade da educação parecem seguir a marcha das políticas educacionais induzidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e coordenadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, 2016) ganhando cada vez mais espaço nas reformas educacionais mundo afora. Os textos desse dossiê tematizam esse processo de adaptação, construção de agendas e de estratégias de enfrentamento em diferentes cenários formativos.

A profunda crise econômica, social e humanitária demanda análises críticas capazes de identificar as perspectivas formativas explícitas ou implícitas nas políticas educativas que se desenham em diversas partes do mundo. O liberalismo autoritário (CHAMAYOU, 2018), as novas formas de constituição de subjetividades na sociedade neoliberal (DARDOT & LAVAL, 2009), o encapsulamento da escola pela lógica empresarial e gerencialista do capitalismo acadêmico confrontando com a dimensão ético-política da gestão educacional (LAVAL, 2019; BRUMER, *et al.*, 2021; HABERMAS, 1981a, 1981b, 1992 e 1996), os objetivos de desenvolvimento sustentável e novos desafios da transformação digital do mundo do trabalho (UNESCO, 2019; STANDIG, 2013; ANTUNES, 2018, CEPAL, 2022) que incidem sobre as políticas de formação e inserção sociolaboral perceptíveis pelas reformas educacionais em curso (CASASSUS, 2017; UNESCO, 2019) são desafios contemporâneos discutidos pelos autores.

O dossiê inicia-se com a entrevista concedida por Christian Laval e conduzida por Débora Goulart da UNIFESP, intitulada “Neoliberalismo em análise”. Desde 2004, quando seu livro “A escola não é uma empresa” foi publicado no Brasil pela primeira vez, a inserção de Laval no campo educacional cresceu e tem sido uma referência para as pesquisas que buscam acompanhar o desenvolvimento do neoliberalismo após os anos 1990. Nessa entrevista, ele dialoga com outras teorias sobre o neoliberalismo, atualiza

algumas questões sobre a educação no atual contexto e aponta para possíveis contribuições sobre o estudo do neoliberalismo após o lançamento do livro *A escolha da guerra civil*, de 2021.

Na sequência, os primeiros seis textos analisam criticamente a questão mais geral da gestão educacional e das políticas educacionais, no contexto do pensamento empresarial na educação; algo que tem se configurado de forma implacável, na esteira da educação administrada e pragmaticamente a serviço do empreendedorismo e da inovação, e que tem sido bastante explorado pelo mercado educacional.

“A Teoria do Agir Comunicativo como Perspectiva Ético-política da Gestão Educacional” é o título do artigo de Darlan Marcelo Delgado e Luiz Roberto Gomes. Parte-se da premissa que o processo formativo na escola é distinto da produção de bens e serviços, conforme a lógica econômica. A instituição escolar é lócus de formação em todas as dimensões humanas, indo além de conteúdos curriculares e da administração tradicional de processos organizacionais. No contexto da racionalidade comunicativa a educação volta-se a aspectos culturais ampliados, sendo a estética, a ética, a política e a afetividade dimensões relevantes na gestão educacional.

O artigo “Limites da mercantilização e o aprofundamento do empresariamento da educação pública no Brasil”, de Marcelo Lima e Samanta Lopes Maciel analisa os limites do processo de mercantilização absoluta da educação pública tendo em vista a antinomia fundamental entre os conceitos de “direito à educação” (valor de uso) e de “mercadoria” (valor de troca). Recorreu-se a análise documental para evidenciar a concreticidade dos limites, mas também a sinalização da inadequação do uso dos conceitos de privatização e desestatização quando tomados como sinônimo da transformação *in totum* da escola pública em escola privada. Os autores concluem que além da preservação de espaços cada vez mais mercantilizados da vida e dos serviços públicos em geral, o processo acelerado de empresariamento da educação tem justificado, por um lado, a privatização do fornecimento de insumos escolares e, por outro, validam o represamento da expansão do financiamento da oferta escolar pública que levaria ao progressivo processo de tributação e de fortalecimento do Estado nas políticas sociais.

“Educação, Inovação e Desenvolvimento socioeconômico: reposicionar a contribuição da universidade brasileira frente aos desafios atuais”, de autoria de Maria Luiza Nogueira Rangel, Remi Castioni, apresenta e discute a urgência em se diagnosticar e refletir sobre o processo de inovação dentro das Universidades, inovação essa que passa necessariamente por marcos legais, financiamento e interconexões entre diferentes atores para que sejam criadas condições favoráveis às políticas públicas de incentivo a uma educação superior de qualidade.

O ensaio intitulado “Emprendedurismo, improvisación pedagógica y políticas públicas en educación: la nueva agenda post Covid-19”, de autoria de Artieres Estevão Romeiro, Ingrid Weingärtner Reis e José Marcelo Juca-Aleustia analisa como, no contexto do século XXI, a formação para o empreendedorismo e a inovação com uso de tecnologias de informação e comunicação são promovidos como prioridades no ensino básico e superior. A pandemia de Covid-19 acelerou uma agenda tecnoliberal, caracterizada pela improvisação pedagógica e o uso de tecnologias para o controle de realidade

educacional. Trata-se de uma análise crítico-dialética dos aspectos ideológicos da educação empreendedora e suas relações com o trabalho docente e a adoção de tecnologias digitais na educação pós-Covid-19. O estudo evidencia a necessidade de bases filosóficas da formação para o empreendimento e, também, a urgência de políticas públicas que favoreçam a alfabetização digital crítica de professores e estudantes para o uso de tecnologias na educação.

“Concepções e políticas para a formação profissional: graduação tecnológica frente às reformas educacionais pós 2017”, de autoria de Sueli Soares dos Santos Batista e Emerson Freire, é um ensaio que faz reflexões sobre os desafios dos cursos de graduação tecnológica no Brasil considerando as reformas educacionais de 2017 que culminaram em novas diretrizes para essa modalidade educativa a partir de 2021. O texto estuda os caminhos que se apresentam para a graduação tecnológica analisando o descompasso entre suas concepções norteadoras iniciais e as políticas atuais. Os autores problematizam as políticas educacionais que têm como pressupostos a aceleração na formação técnica e tecnológica. O estudo conclui que esse tipo de formação que se deseja não alienante não pode ignorar as conexões entre velocidade, aceleração e política que se encontram indissociadas dos processos de internacionalização da educação e das mudanças do mundo do trabalho.

O artigo “O uso da Teoria da Mudança para avaliar a integração curricular da extensão universitária”, de Ana Maria Nunes Gimenez, Muriel de Oliveira Gavira, Michel Mott Machado e Dyane Guedes Cunha discute, a partir dos alertas dos organismos internacionais, tais como, Organização das Nações Unidas (ONU) e Banco Mundial, os impactos, presentes e futuros, da pandemia de Covid-19, especialmente no que se refere aos desafios a serem enfrentados com o aumento da pobreza, das desigualdades sociais, da violência e da necessidade de educação de qualidade. São analisadas as pressões crescentes da sociedade por transparência e relevância das instituições de ensino superior (IES), especialmente das instituições públicas, acendendo as discussões sobre um maior engajamento com a sociedade a partir das missões de ensino, pesquisa e extensão. A Teoria da Mudança referencia a avaliação dos impactos da integração da extensão universitária (IEE) aos currículos do ensino superior. O referencial teórico que embasa a presente pesquisa é o da Universidade Cívica, a partir do qual se apura os resultados esperados, no curto, médio e longo prazos. Tal reflexão permitiu a proposição de indicadores de monitoramento e de avaliação da IEE para três atores diferentes: estudantes, IES e para os demais membros da sociedade. Os resultados são úteis para que gestores de IES e elaboradores de políticas possam prever formas de aperfeiçoamento dessas instituições.

Os três próximos artigos analisam especificamente o impacto da pandemia na atividade docente.

O texto “La práctica docente frente al COVID-19: experiencias y políticas emergenciales en Ecuador y España”, de autoria de Diego Allen-Perkins, Lucy Andrade-Vargas e Irene Frías Campomanes, caracteriza as adaptações pedagógicas feitas por professores e gestores durante as etapas de confinamento e semi-presença, com o objetivo de analisar sua viabilidade em contextos de “nova normalidade”. Foram realizadas pesquisas qualitativas com 20 professores e gestores de instituições de ensino primário e secundário

no Equador e na Espanha. Por meio de entrevistas semi-estruturadas e aprofundadas, a pesquisa explorou os problemas e soluções implantadas pelos professores e gestores, investigando também como a diversidade de percepções sobre a prática tem sido moduladas de acordo com critérios como anos de experiência de ensino, competência digital dos professores, regime de financiamento da instituição, disponibilidade de recursos e acesso a planos de treinamento nos centros educativos. O artigo mostra como, no caso da Espanha, o retorno ao "novo normal" significou um retorno às práticas centradas no professor e à apresentação magistral dos conteúdos, incorporando o apoio ocasional das plataformas digitais. Por sua vez, o texto mostra como no Equador houve uma maior predisposição para o desenvolvimento de estratégias flexíveis, embora, isto tenha sido limitado pela própria capacidade orçamentária das escolas para expandir a infra-estrutura necessária para garantir modalidades híbridas.

O artigo "Pandemia e política de formação docente: estudo de caso sobre a capacitação e contingenciamento" de Dirce Aparecida Foletto de Moraes e Ana Cristina Paes Leme Giffoni Cilião Torres analisou as percepções de um grupo de docentes de uma universidade pública durante a pandemia de Covid-19, no que diz respeito às contribuições de uma formação continuada como proposta de capacitação e de contingenciamento sobre o tema avaliação da aprendizagem. Para tanto, foi realizado um estudo de caso qualitativo. A Teoria da Cognição Distribuída foi selecionada como referencial epistemológico e como unidade de análise. A coleta de dados deu-se a partir da análise documental do desenho didático da formação, da observação e de dois questionários respondidos pelos docentes participantes. Os resultados indicam que a natureza da formação trouxe várias contribuições positivas para se pensar as políticas de formação necessárias às universidades, ao possibilitar que os professores construíssem novos conhecimentos sobre a avaliação da aprendizagem e vivenciassem diferentes experiências e novas alternativas didáticas para avaliar. Os dados revelam que, após um ano da formação, os professores ainda percebem a avaliação como componente a serviço da aprendizagem e que não estão alheios ou indiferentes a uma prática avaliativa mais democrática, humanizada e pedagógica, mas que nem todos conseguem colocar isso em prática. Para tanto, faz-se necessário pensar em políticas de formação mais amplas e contínuas que oportunizem ao docente a construção de um conhecimento coletivo e o entendimento do seu papel como um sujeito autor de sua prática, alguém que tem muito a contribuir e que está em constante formação.

"Impacto do ensino remoto emergencial no processo de ensino-aprendizagem em uma perspectiva dos docentes", de Letícia Fleury Viana, Fernando Henrique Antonioli Farache, Raquel Maria Prado, Simone Sousa Guimarães e Calixto Júnior de Souza perscruta a forma como o ensino remoto foi trabalhado durante a pandemia de covid-19, e os impactos dessas mudanças no processo de ensino-aprendizagem do Instituto Federal Goiano - Campus Rio Verde, enfocando na perspectiva docente. A pesquisa analisou a experiência de docentes neste momento de pandemia em busca de respostas ou alternativas que pudessem contribuir e/ou aprimorar os métodos educacionais do IF Goiano. Fizeram parte da pesquisa docentes dos seguintes cursos do IF Goiano, Campus Rio Verde: Bacharelado em Engenharia de

Alimentos, Licenciatura em Ciências Biológicas e Técnico em Contabilidade. Participaram 38 dos cerca de 56 docentes convidados a colaborarem na pesquisa, dos cursos em questão. Os professores relataram que houve neste modelo de ensino uma sobrecarga para o preparo das aulas, ainda que a maioria tenha se capacitado para o ensino remoto. Entretanto, diversos aspectos positivos foram levantados a partir dessa experiência, com possibilidade de aproveitamento no ensino presencial.

Na sequência, três artigos analisam, empiricamente, as estratégias educacionais que foram adotadas no enfrentamento da pandemia.

“O ensino remoto emergencial no estado do Paraná: reflexões a partir das estratégias de enfrentamento”, de Juliana Ayub Veltrini Spadacini, Samantha G. M. Ramos e Diene Eire de Mello analisou as estratégias idealizadas e executadas pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná no período pandêmico, tendo como enfoque primordial a infraestrutura tecnológica. O estudo exploratório, com tratamento de dados qualitativos evidenciou que a Secretaria promoveu ações que priorizaram a continuidade das atividades de ensino no Estado. Entretanto, ao selecionar todos os aparatos para a transmissão de conteúdos por diferentes canais, a Secretaria acabou por deixar de lado as condições sociais e econômicas dos estudantes e desconsiderou as desigualdades já presentes na sociedade muito antes da pandemia. Assim, pode-se inferir que as estratégias foram pensadas a partir de uma sociedade ideal, com crianças e jovens conectados e com dispositivos adequados.

O artigo “Alimentação Escolar: medidas adotadas no município de Umuarama – PR durante a pandemia de Covid-19”, de Simone Aparecida Rigobeli Vanalli, Juliana Scanavacca, Beatriz Cervejeira Bolanho Barros, analisou o impacto da pandemia na alimentação escolar. A pesquisa avaliou, a partir de estudos descritivos e comparativos, a atuação do Município de Umuarama/PR na implementação de ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no atendimento ao estudante da educação básica de 6 a 10 anos, durante o período de suspensão das aulas presenciais. Paralelo a isso, analisou-se o contexto de 4 diferentes escolas municipais, nomeadas Escolas Bases (EB). Constatou-se que dos 6.913 alunos matriculados no ensino fundamental (1º ao 5º ano), entre os anos de 2020 e 2021, em média 38% solicitaram “kits” de alimentação escolar. A requisição destes kits variou de 20% (EB 4) a 69% (EB1), sendo que nestas duas EB houve correlação entre estes valores, o rendimento escolar e a localização. A oferta dos kits ocorreu por meio do *Programa Merenda em Casa*, desenvolvido pelo município de Umuarama. Dos recursos destinados pelo PNAE, 30% foram aplicados em compras de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar. O estudo mostrou que atos emergenciais na atuação do PNAE levaram a flexibilizações no alcance do Programa, principalmente no que concerne aos princípios da universalidade. Tais ações demonstram a importância de desenvolver políticas públicas voltadas para a alimentação escolar, especialmente em situações adversas.

O artigo, “Educação Física escolar no ensino remoto durante a pandemia de Covid-19: uma revisão sistemática” de autoria de Fabíola Berwanger, Aline Bichels, Valdomiro de Oliveira e Gislaine Cristina Vagetti mapeia e analisa os estudos que abordam a Educação Física escolar durante o período da pandemia, com apoio metodológico de uma revisão sistemática. Foram definidos descritores (*MeSH*, *DeCS* e *Thesaurus*) e palavras-chave para

pesquisa nas bases de dados *SciELO*, *Scopus*, *PubMed/Medline*, *Lilacs*, Periódicos Capes e Eric, com foco nos temas “Educação Física” e “pandemia”. Inicialmente, foram elencados 162 estudos, dos quais 28 foram analisados para compor esta revisão. Entre esses, 26 artigos abordavam a organização didático-metodológica das aulas de Educação Física e os desafios enfrentados pelos docentes durante o ensino remoto. O enfoque da maioria das pesquisas foi qualitativo e os instrumentos utilizados foram entrevistas ou questionários direcionados para professores de Educação Física. A análise, evidenciou que a Educação Física é abordada sob diferentes concepções e tendências pedagógicas que designam os propósitos da área. Constatou-se que o período foi de angústia e desconforto para os docentes, tendo gerado contrariedades, mas também aprendizados. Predominaram práticas de reprodução de exercícios voltadas para a aptidão física e saúde. O uso das tecnologias gerou grande inquietação e evidenciou a necessidade de inclusão digital e aprofundamento nestas tecnologias. A partir das expectativas e demandas observadas, concluiu-se que é imprescindível continuar a reflexão sobre a identidade do professor e o papel da Educação Física como área do conhecimento que tem relação com o mundo, ressignificando possibilidades factíveis a todas as realidades.

Por fim, o dossiê contou com a resenha de um importante livro de um autor francês intitulada “Grégoire Chamayou e a “genealogia do liberalismo autoritário” e “ingovernável””, de autoria de Marcelo Mücke Doti. A resenha situa a discussão proposta pelo livro, no contexto da crítica da tradição francesa e das questões emergentes da sociedade brasileira.

Esperamos que a leitura dos textos deste dossiê temático, resultado de um esforço coletivo protagonizado pelo Grupo de pesquisa “Teoria Crítica e formação ético-política” da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nos ajude a subsidiar o debate sobre as políticas educativas, no contexto da pós-pandemia, e que a perspectiva formativa possa ser criteriosamente pensada nas suas diferentes possibilidades.

Referências:

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRUNNER, Jose Joaquim, LABRAÑA, Julio, RODRÍGUEZ-PONCE, Emilio, GANGA, Francisco. Variedades de capitalismo académico: un marco conceptual de análisis. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, 29(35), 2021.

CASASSUS, Juan. Una introducción a la educación emocional. *RELAPAE* (7), 2017, pp 121-130.

CEPAL. **Panorama social da América Latina e Caribe (2022)**. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/48518-panorama-social-america-latina-caribe-2022-la-transformacion-la-educacion-como>. Acesso em: 20 abr. 2023.

CHAMAYOU, Grégoire. **La société ingouvernable. Un généalogie du libéralisme autoritaire**. Paris: Lafabrique, 2018.

DARDOT, Pierre, LAVAL, Christian. **La nouvelle raison du monde. Essai sur la société néolibérale**. Paris: Éditions la Découverte, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Theorie des kommunikativen Handelns** – Band 1: Handlungsrationalität und gesellschaftliche Rationalisierung. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1981a.

HABERMAS, Jürgen. **Theorie des kommunikativen Handelns** - Band 2: Zur Kritik der funktionalistischen Vernunft. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1981b.

HABERMAS, Jürgen. **Faktizität und Geltung**: Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1992.

HABERMAS, Jürgen. **Die Einbeziehung des Anderen** – Studien zur politischen Theorie. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1996.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

STANDIG, Guy. **O Precariado**: a nova classe perigosa. São Paulo, Autêntica Editora, 2013.

UNESCO. Strategy for Technical and Vocational Education and Training (TVET) (2016-2021). Disponível em: <https://en.unesco.org/sites/default/files/tvet.pdf>. Acesso em: ago. 2021.

UNESCO. TIC para o desenvolvimento sustentável. Recomendações de políticas públicas que garantem direitos. 2019. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Montevideo/images/Policy_Paper_TICDesarrollo_Sostenible_PT.pdf. Acesso em: ago. 2021.